



PCCR: União e trabalho para aprovar o PL 6613

O governo tem feito de tudo, desde 2009, para protelar a aprovação do projeto que trata do nosso reajuste salarial – o PL 6613. A mais audaciosa de suas medidas foi apostar na cizânia mandando seus ex-funcionários dizerem que se fosse por meio de GD ou Subsídio o governo já teria concedido o reajuste. Mentira! Pois se isso realmente fosse verdade por que o governo não incluiu o impacto necessário a aprovação do PL que institui o subsídio para os servidores do MP?

Na verdade, o objetivo foi sempre o de protelar. Vários fatos/acontecimentos provam isso: duas audiências públicas marcadas para não dizer nada de novo;

mais de um ano de espera na CFT; nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira a partir de argumentos equivocados; criação de uma subcomissão (Grupo de Trabalho) e agora a ideia de criar uma câmara setorial para discutir o reajuste.

Na segunda (29), o coordenador-geral do Sindjus, Cleo Vieira, esteve cedo no STF para conversar com o DG do STF, Alcides Diniz. A preocupação do Sindjus era a do STF, a partir da pressão do Executivo, flexibilizar a posição adotada em agosto: a de exigir respeito a sua autonomia constitucional administrativa financeira.

No entanto, em resposta, o DG afir-

mou: o Judiciário não aceita a câmara setorial, não aceita qualquer mudança em sua proposta de modelo remuneratório e trabalhará para que o presidente da CFT, Claudio Puty, cumpra o compromisso feito com o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, de votar o projeto.

Como esta semana será muito importante no processo de aprovação do nosso projeto os servidores serão chamados para várias atividades. Atenção: vamos disputar com o governo o voto dos parlamentares. Iremos à CFT, mandaremos carta aos parlamentares, visitaremos cada gabinete. Fique atento, integre-se aos trabalhos, participe!

PARA ALÉM DA GRANDE MÍDIA HÁ UM NOVO CAMINHO

Todos têm lido e assistido certa combinação entre a mídia e o governo para atacar os servidores do Judiciário. Isso não é novo. Desde sempre nossas reivindicações enfrentam ataques de tal natureza. Quem acompanha o nosso site tem visto que sempre respondemos, pedimos direito de resposta, fazemos contato com jornalistas. Por que os jornais só dão a versão negativa? Ou melhor, por que os jornais adotam a versão preferida do governo?

A resposta é simples e gira em torno da questão financeira. O governo investe muito dinheiro em propaganda institucional nos principais veícu-

los de comunicação. Além disso, os donos de jornais também precisam prestar contas para seus acionistas que também têm interesse na famosa "redução dos gastos públicos", afinal quem vai pagar os juros que enriquecem o capital especulativo se o dinheiro estiver sendo usado para o desenvolvimento das políticas públicas de interesse da sociedade?

É válido lembrar que a grande mídia sempre foi defensora do Estado Mínimo. Não é à toa que notícias sobre o inchaço do Estado e sobre altos salários no funcionalismo são as preferidas desse tipo de empresa jornalísti-

ca. A criação do estereótipo de que servidor público ganha muito e trabalha pouco não se deu ao acaso. Faz parte da estratégia editorial de um jornalismo regido pelos donos do capital.

Dessa forma, como podemos vencer também as notícias negativas? Usando as mídias sociais. Os formadores de opinião não lêem apenas os grandes jornais. É concreto: há um novo caminho a partir das mídias alternativas e nós temos a oportunidade de vencer usando essas ferramentas. Então, faça uso do twitter, do facebook e de outras mídias sociais para construir a aprovação do nosso plano.

CURIOSIDADES

O governo diz que o Judiciário é caro, mas por que ele não revela quanto o Judiciário arrecadou para a União no último período? Só os juízes federais arrecadaram para União R\$

27,7 bilhões

nos últimos três anos.

O governo diz que o reajuste de 7,7 bi desequilibra as contas públicas, mas o que ele diz dos

16 bilhões

que paga de juros da dívida interna?

Nos últimos dez anos, o governo nunca pagou tanto juros como em 2010. De janeiro a novembro do ano passado, o gasto com encargos financeiros que incidem sobre a dívida pública somou R\$

175,8 bilhões,

o maior valor desde 2001, início da série revisada do Banco Central.

O impacto do PL 6613 traduz cinco anos sem quaisquer reajustes. No entanto, por ano, segundo pesquisa recente da FGV, o governo gasta, em média,

6 bilhões

com a corrupção.

Por que o reajuste do Judiciário é inviável, se o aumento nos salários de parlamentares, ministros e presidente da República, da ordem de

62%,

foi aprovado da noite para o dia?

PRESSÃO

Envie nova carta aos deputados

Além de participar da reunião da CFT, você pode pressionar os membros da comissão enviando uma nova carta eletrônica preparada pelo Sindjus, disponível em nossa página na internet. Renovamos a cobrança pela votação imediata do PL 6613/09 com os argumentos de que a sociedade apoia o nosso reajuste salarial (de acordo com enquete realizada pelo jornal Folha de S. Paulo) e que a cúpula do Judiciário não quer mais discutir nosso projeto e sim votá-lo.

Mais uma vez fica claro que o

nosso projeto só não foi votado ainda por falta de vontade política. Para motivar essa votação precisamos pressionar os parlamentares. As cartas eletrônicas complementam o corpo-a-corpo que tem sido realizado pelos diretores nos últimos dias e a presença de servidores durante as reuniões. Precisamos continuar firmes em nosso processo de mobilização. Converse com seus colegas de trabalho sobre a importância da participação de todos nesse momento da nossa luta.

Puty, prometeu tem de cumprir

“Não vejo nada, o que eu vejo não me agrada
Não ouço nada, o que eu ouço não diz nada
Perdi a conta das pérolas e porcos
Que eu cruzei pela estrada”

Engenheiros do Hawaii

Prometer, prometer, prometer. Esse parece ser o verbo preferido do presidente da CFT, Cláudio Puty. Como na música dos Engenheiros do Hawaii, o que vemos não nos agrada e o que ouvimos não diz nada. No dia em que impediu a votação do nosso projeto na Comissão de Finanças e Tributação, em julho, Puty prometeu que não ia empurrar o PL 6613 com a barriga. Puty prometeu votar nosso reajuste na primeira quinzena de setembro. Puty prometeu negociar com os demais poderes a aprovação do PL 6613. Puty prometeu, prometeu, prometeu... E agora, fim do prazo prometido, cadê o nosso projeto na pauta de votação da CFT?

Para cobrar as promessas, ligue para o Puty (61/3215-5480), mande email para o Puty (dep.claudioputy@camara.gov.br), vá ao gabinete do Puty (nº 480).